



Os novos Roraima, Amapá e Tocantins, em destaque

JORNAL DO BRASIL

05 JUN 1988

# Três novos estados no Brasil: o mapa mudou

O mapa do Brasil começa a mudar. Até agora, a Constituinte aprovou a criação de três novos estados — o do Tocantins (uma divisão de Goiás) e a elevação dos territórios de Roraima e Amapá a essa condição. Mas até o final dos trabalhos poderão surgir ainda os estados do Triângulo, em Minas, do Tapajós, no Pará, e do Maranhão do Sul, no Maranhão. Há ainda uma emenda do constituinte José Maurício (PDT-RJ) que propõe a realização de um plebiscito entre os eleitores fluminenses para saber se aprovam a fusão entre a antiga Guanabara e o estado do Rio de Janeiro.

— De saída, o povo brasileiro é que vai pagar para que o país tenha três novos estados. É pagar caro, porque criá-los no papel é uma coisa e criá-los na prática, fisicamente, é outra. A empreitada vai custar à União cerca de CZ\$ 50 bilhões em contratação de novos funcionários, gastos com a instalação de novas capitais, assembleias legislativas, um mundo de exigências da burocracia política e administrativa.

No epicentro desse vendaval separatista estão dois fatores distintos. De um lado, há o dado econômico. Cada novo estado deverá ter arrecadação própria, abocanhar uma parte da receita federal, criar uma assembleia legislativa, escolas, nomear funcionários, projetar obras. Do outro lado, há o peso político da decisão. Como estado, essas regiões ganhariam poder de voz no cenário nacional. Passariam a ter representantes no Senado e uma presença nova ou ampliada na Câmara — caso deliberadamente organizada para equilibrar a força econômica do sul com um razoável poder político do norte-nordeste. Um deputado federal de São Paulo representa, por exemplo, 250 mil eleitores, enquanto um deputado de Rondônia fala em nome de 30 mil brasileiros.

**Disputa** — Ainda no rol das razões políticas, a criação dos novos estados fortalece ambições locais. Em Rondônia, por exemplo, se a eleição para governador fosse hoje, pelo menos três nomes estariam no páreo. O do cacique político e ex-governador Getúlio Cruz (PFL), que governou de 1985 até outubro do ano passado, e dos deputados Mozirildo Cavalcanti (PFL) e Otomar Pinto (também ex-governador, mas pelo PMDB). “A transformação em estado vai ampliar a estrutura de negócios”, saúda o atual secretário de Planejamento do território, Rosber de Almeida. “Politicamente vamos ter autonomia para reivindicar nossas necessidades”, completa.

No futuro estado do Tocantins, o governo já é disputado por dois fortes concorrentes: o deputado Siqueira Cam-

pos (PDC-GO) e José Freire, do PMDB, preferido de Sarney.

Ao contrário do que acontece em Minas — onde a criação do Estado do Triângulo desperta acirrada polêmica —, nada foi mais tranquilo do que o surgimento de Tocantins. Em Goiás, todos eram a favor. Os habitantes do norte — que os goianos tratam de nortenses — estão convencidos de que irão enriquecer com a emancipação. Os do sul, a exemplo do governador Henrique Santillo, respiraram aliviados por se desfazerem do que julgam a face pobre e antiquada do estado, quase que exclusivamente voltada para a agropecuária e permeada por conflitos de terra.

“Goiás agora ficou redondinho, sem a sua dimensão continental e livre da região mais pobre onde tudo o que há é carência de escolas e postos de saúde”, exulta Fernando Safatle, secretário de Planejamento goiano. Também o governador Santillo não esconde sua alegria. Acredita que passará a dirigir um estado mais moderno, com um parque industrial em formação e livre dos conflitos de terra que marcam o norte. Desfaz-se ainda da maior parte da dívida do estado, de adversários políticos incômodos e de uma expressiva parcela do funcionalismo. De saída, pensa em cortar da sua folha de pagamentos 20 mil funcionários — o contingente exigido para tocar o vizinho Tocantins. Uma comissão especial estudará a transferência de pessoal.

**Contramão** — Já Amapá e Roraima percorrerão um caminho inverso em relação ao Tocantins: da autonomia política é que os dois estados buscarão partir para a autonomia econômica. E, em ambos se acredita que não há qualquer aberração nisso: “Somos totalmente tutelados e assim não se encontra uma forma de desenvolvimento”, diz o deputado Chagas Duarte (PFL-RR). De qualquer maneira, a emancipação não é imediata para ambos, que só se tornarão estados a 15 de março de 1991, quando tomam posse os governadores a serem eleitos em 1990.

O Amapá tem 234 mil habitantes numa área de 140 mil quilômetros quadrados. Arrecadou CZ\$ 88 milhões em ICM em 1986, mas a despesa chegou a CZ\$ 2,4 bilhões. Tem cinco municípios e sua atividade econômica é eminentemente extrativista, com base no manganês, castanha-do-pará, borracha e madeira. Roraima tem 116 mil habitantes em 230 mil quilômetros quadrados. Arrecadou CZ\$ 73 milhões de ICM em 1986, contra uma despesa de CZ\$ 1,9 bilhão. Tem oito municípios e sua economia vive da agropecuária, além de extração da madeira.